



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Agência Reuters
Palácio da Alvorada, 10 de junho de 2009

Jornalista: A gente queria começar falando um pouco (incompreensível) dos Brics (incompreensível), nesses países como um grupo. Há anos se fala na reforma de organismos multilaterais, como FMI, Banco Mundial, etc. Discute-se, mas não se avançou muito nesta questão. O que os Brics realmente podem fazer se continuar havendo uma resistência dos países ricos que impedirem essa reformulação (incompreensível)?

Presidente: Deixe-me dizer uma coisa para vocês. Eu penso que o que está acontecendo no mundo sobre a questão do clima, com todas essas mudanças, está acontecendo na economia e na política. O mundo de hoje não é mais o mundo de 1948, não é mais o mundo da década de 60, do auge da Guerra Fria. É um mundo globalizado, de uma economia altamente globalizada. Basta que você veja uma partida de futebol em qualquer lugar do mundo, a publicidade é a mesma, das mesmas empresas, seja no Brasil, seja na Índia, seja na China, seja nos Estados Unidos. Este mundo globalizado tem que se espelhar na política e ele tem que se espelhar na balança comercial. Eu repito sempre que... em 2003, eu disse ao meu ministro das Relações Exteriores era preciso trabalhar muito fortemente para a gente mudar a geografia política e a geografia comercial do mundo, porque estava tudo muito viciado. O G-8 se reunia como se fosse um grupo de notáveis, que decidiam as coisas, e depois passavam a exigir que o resto do mundo cumprisse as determinações do G-8 ou pelo menos as adotassem.

O que nós entendemos? Primeiro, é preciso fortalecer as instituições multilaterais, seja aquelas de financiamento, seja aquelas de decisões políticas.



Não existe mais nenhuma explicação para o Conselho de Segurança e seus membros permanentes serem os mesmos que eram 40 anos atrás. Não tem nenhuma explicação. Mudou a geografia do mundo, não tem mais a Guerra Fria, o Brasil já não é o país que era na década de 60, a China já não é mais o país que era na década de 60, os países ricos já não são mais os únicos que decidem a capacidade produtiva e de consumo do mundo. Então, é preciso fazer um processo de adequação. O que nós queremos discutir? Primeiro, nós temos que ter noção de que o Brasil tem relação estratégica com todos os países dos Brics. Nós temos que fazer uma adequação no sentido de mensurar o que nós representamos no mundo hoje, e como tal, agirmos, sem que a gente tenha nenhuma implicação nas nossas relações bilaterais. É preciso que a gente estabeleça estratégia comum entre os Brics nas nossas negociações com os outros blocos, nas nossas negociações com a ONU, para fazer as mudanças que precisamos fazer. É por isso que essa reunião é importante, é a primeira. Mas sempre tem a primeira. Depois de muitas dúvidas, depois de muitas relações... Hoje, o mundo já não vive mais aquele momento em que todo mundo brigava para ser o parceiro preferencial da União Européia ou o parceiro preferencial dos Estados Unidos. Ninguém quer brigar com a União Européia, porque continua sendo importante, e muito menos alguém quer brigar com os Estados Unidos, que continuam sendo importantes.

Mas nós temos que descobrir entre nós as nossas similaridades, as nossas potencialidades e, a partir daí, começar a trabalhar, porque a gente fica muito mais forte. Por exemplo: nós estabelecemos uma estratégia com a China [Índia], de que nós deveríamos, até 2010, ou 2011, chegar a um patamar de fluxo de balança comercial de US\$ 10 bilhões. Nós estamos em quatro e pouco, ou seja, nós queremos trabalhar para chegar a dez. Tem muita coisa para a gente trabalhar. Isso significa mais ministros nossos viajarem para a Índia, mais ministros da Índia viajarem para cá, mais empresários brasileiros viajarem para a Índia, mais indianos viajarem para o Brasil, mais empresas se



consoziarem. O mesmo vale para a China e o mesmo vale para a Rússia. Eram países, até pouco tempo, muito distantes dos chamados países emergentes.

Essa é a novidade boa do mundo. A novidade boa é que os ricos entraram em crise e os que eram emergentes estão dando uma contribuição enorme para salvar a economia e, conseqüentemente, salvar os países ricos. Eu falo isso com muito orgulho. Quanto mais a África se desenvolver, mais os Estados Unidos vão se desenvolver. Quanto mais a América Latina se desenvolver, mais a União Européia e os Estados Unidos vão se desenvolver, por quê? Porque aumenta a capacidade de consumo, aumenta a capacidade de troca, aumenta a capacidade de *joint venture* das empresas brasileiras e empresas estrangeiras, e aí nós, definitivamente, passaremos a fazer parte do cenário global da economia e passaremos a ter influência nas decisões.

Houve um tempo em que aqui, no Brasil, nós nos tratávamos como pequenos: “nós somos insignificantes, nós somos pequenos”. Como aquele cara que é convidado para ir a um baile e fala: “Ah, eu não vou porque eu sou feio, eu não vou porque eu não sei dançar, eu não vou porque eu não tenho terno bonito, eu não vou porque meus amigos...”. Sabe, acabou isso. Ninguém quer saber se o Brasil é feio ou bonito, ninguém quer saber nada. As pessoas querem saber se o Brasil tem política – e a política que nós adotamos deu certo. Aumentou de forma extraordinária nosso comércio com toda a América do Sul e com a América Latina; aumentou de forma extraordinária nosso comércio com a China; aumentou extraordinariamente nosso comércio com a Índia; está aumentando muito com a Rússia; aumentou bastante com a África do Sul e aumentou bastante com os países árabes, porque eu fui agora à Arábia Saudita que é o país mais importante do mundo árabe. O último mandatário brasileiro que foi lá foi Dom Pedro II, em 1875; na Turquia, foi Dom Pedro II; no Líbano, foi Dom Pedro II; na América Central, eu fui o primeiro chefe brasileiro a ir. A maioria dos países, nunca um brasileiro visitou. Os



brasileiros só sabiam viajar para Nova Iorque, para Londres, para Frankfurt, para Paris. Continuem viajando para esses lugares, mas, se tratando de negócio, o nosso mundo não é esse. Quem tem mais facilidades de comprar um produto fabricado pelo Brasil? É a França, a Suécia ou é a Angola e Moçambique? São os Estados Unidos e a Alemanha ou é a Argentina e a Venezuela? Então, se tratando de negócio, nós precisamos procurar novos parceiros, descobrir as oportunidades que existem. Nós estamos fazendo isto já há seis anos e o resultado tem sido extraordinário.

Jornalista: Presidente, na mesma linha. Em sua recente visita à China... Na China, chegaram a um acordo para os dois bancos centrais olharem se não é possível chegar a um sistema parecido com o que se tem aqui na Argentina – comércio com moeda local. O senhor pretende [fazer] um acordo parecido com os russos ou talvez até mesmo com a Índia, já que vai ser com os quatro países? E quais os outros passos que o Brasil pode dar para reduzir a dependência do dólar fraco desse mundo, como moeda global de reserva?

Presidente: Veja, nossa preocupação, se tratando de comércio, é com o dólar muito forte, porque ele fica mais caro para você comprá-lo com a nossa moeda. Veja, poderia pegar o exemplo da Argentina: o que nós fizemos com a Argentina? E essa não é uma coisa que você faz um acordo e começa a funcionar no dia seguinte. Isso tem que levar em conta os hábitos da questão cultural, as facilidades, os costumes das pessoas e dos países. O que nós fizemos com a Argentina? Nós fizemos com a Argentina a possibilidade da nossa troca se dar em nossas moedas. Um empresário argentino pode fazer a exportação para nós e nós poderemos pagar em reais para eles e nós poderemos vender para eles recebendo em peso.

O que nós queremos fazer com alguns parceiros comerciais, inclusive com os próprios Estados Unidos, é fazer com que a nossa moeda possa ser



utilizada pelos nossos empresários. Eu, na verdade, ao invés de ter que comprar dólar para pagar um produto que compro nos Estados Unidos, eu quero pagá-lo em real, sem precisar comprar o dólar.

Essa é uma coisa difícil porque lidar com o Banco Central é sempre muito difícil, lidar com área econômica é sempre muito complicado. Mas nós queremos estabelecer... Essa é uma conversa inicial. O que eu propus ao Hu Jintao? Que o presidente do Banco Central da China e o presidente do Banco Central do Brasil começassem a fazer reuniões para discutir as possibilidades. E isso nós temos interesse de fazer com muitos países, porque muitas vezes um pequeno empresário quer comprar ou vender um produto e ele precisa comprar dólar. E muitas vezes, o dólar no Brasil é flutuante, muitas vezes o dólar está a R\$ 2,60, muitas vezes está R\$ 1,20. Sabe-se que todo mundo gostaria de comprar o dólar só muito baixinho e se pudesse esperar para vender quando ele estivesse mais alto seria melhor ainda. Então, o que nós queremos e facilitar o fluxo comercial entre os países.

Jornalista: Você vai propor isso?

Presidente: Nós sabemos a importância do dólar, nós sabemos a importância dos Estados Unidos e nós entendemos que é preciso, nesse momento de mudança no mundo, em que ninguém sabe concretamente o que vai acontecer, a gente começar a discutir coisas que há cinco anos era praticamente proibido discutir. Quem imaginava o Brasil emprestando dinheiro para o FMI, há pouco tempo? Nós disponibilizaremos ao FMI – ontem eu acertei com ministro da Fazenda – US\$ 10 bilhões.

Da mesma forma nós democratizamos o FMI. Na decisão do G-20, nós propusemos que o FMI empreste dinheiro sem as condicionalidades que ele emprestava antes. Antes, o FMI emprestava dinheiro para um país pobre e passava a mandar no país pobre, passava a governar, passava a dizer o que



tinha que ser feito. Quando a crise se dá nos países ricos, o FMI não tem resposta porque ele foi preparado apenas para cuidar de crise em países pobres.

Então, essas mudanças todas que pareciam impossíveis começam a ser discutidas agora. Eu acho que não tem tema proibido para ser discutido, sobretudo nesse momento em que o presidente Obama é a chance de se estabelecer uma nova relação dos Estados Unidos com o mundo. Eu acho que ele já teve uma extraordinária participação na Cúpula das Américas – ele agora, no discurso que fez no Egito, foi extraordinário – e eu acho que é uma oportunidade enorme. Nós temos muita gente nova comandando os países, muita gente com boa vontade, com a cabeça mais arejada, com a cabeça mais aberta. Então, nós precisamos ter em mente o seguinte: não pode ter tema proibido entre nós. O único tema proibido é a construção de armas nucleares, que o Brasil tem na sua Constituição a proibição. Talvez seja o único país do mundo que tem consagrado na Constituição a não-proliferação de armas nucleares.

Jornalista: O senhor pretende propor o primeiro... esse memorando de aproximação entre os Bancos Centrais da China e Brasil, o senhor pretende propor o mesmo entre Rússia e Brasil e Brasil e Índia?

Presidente: Não, eu não sei. Entre Brasil e Índia... Para o Brasil, nós estamos discutindo com vários países e nem todo mundo quer, mas nós queremos propor para facilitar, sobretudo a nossa vida. Por enquanto, a conversa está feita com a China. Nós também não queremos fazer com que a gente acumule uma quantidade de reuniões que sejam improdutivas. Essas coisas se compatibilizam por etapas. Se a gente fizer com a China, e certamente vai demorar um pouco porque os companheiros chineses são duros nas negociações... Se der certo com a China, vai se consolidando com a Argentina,



e aí nós vamos procurando outros parceiros para ver se interessa esse tipo de coisa.

Jornalista: O senhor disse que o mundo mudou e a China é, de fato, dura na queda. Como é que o Brasil vai costurar consenso entre países tão diferentes, como são os países dos Brics, no sentido de questões caras ao Brasil, como reformar o Conselho de Segurança da ONU?

Presidente: Eu penso que não é cara apenas ao Brasil, é cara ao mundo. Você tem a Alemanha que está fora, você tem a Índia que está fora, você tem o Japão que está fora. Então, é muito engraçado porque a Itália não quer que entre a Alemanha, a China não quer que entre o Japão, outros países acham que... muitos acham que o Brasil e a Índia seriam um consenso, mas não é consenso porque o México disputa conosco. É assim que é a humanidade, e assim são os governos e os países, cada um defendendo a sua soberania, se achando no direito de ter acesso.

Mas o que nós queremos, fundamentalmente? O que nós queremos é que as Nações Unidas estejam representadas, em seu Conselho de membros permanentes, pela atual geografia mundial. É humanamente impossível a África não estar presente no Conselho de Segurança. São 59 países africanos – o número depois a gente corrige se for errado –, países importantes como a Nigéria, com 140 milhões de habitantes, países importantes como a África do Sul. Esses países teriam que estar representados. Como é que se explica a Índia fora? Como é que se explica o Brasil não representar a América Latina nesse fórum? Então, isso é difícil mesmo, é difícil.

Eu conversei, durante esse meu mandato, com o presidente Bush dezenas de vezes, mas a coisa não andou. Uma hora parecia que o Bush tinha vontade de fazer, uma hora parecia que ele não queria. A China... na última conversa que eu tive com o presidente Hu Jintao, ele disse: “Não tenho nada



contra o Brasil”. Mas tem contra o Japão, portanto, não quer reforma.

E a reforma é engraçada pelo seguinte: em um primeiro momento, o que você vai discutir é se vai ter reforma e que tipo de reforma. Aí, todo mundo deveria se colocar de acordo. Em um segundo momento é que vai ter a votação de quem serão os novos membros. Aí, sim, vai ter votação, e vão entrar aqueles que forem votados por maioria ou, quem sabe, até escolher por consenso, porque o mundo sabe quem tem importância para entrar no Conselho de Segurança.

Outros temas difíceis, por exemplo: você tomar cuidado, em uma relação comercial, para que você evite políticas de *dumping* de um país contra outro. Isso necessariamente você não faz em tempo de guerra, você faz em tempo de paz. E as pessoas compreendem perfeitamente isso. A China sabe que compra muito do Brasil e o Brasil sabe que compra muito da China. Mas a China sabe que quando as importações brasileiras estiverem causando problema na China, eles vão tomar medidas para evitar que cause problema, e eles sabem que nós faremos o mesmo.

Veja que o Brasil, neste momento, é o único país que, de forma categórica, tem feito críticas ao protecionismo. De forma categórica! O Brasil não vacila nessas coisas porque, em nossa visão, tempo de crise é tempo de aumentar a troca comercial, não é tempo de a gente criar dificuldades. Eu sinto que nem todos os países ricos estão assim. Eu, de vez em quando, vejo notícias de que os Estados Unidos querem proteger o aço, os Estados Unidos querem proteger não sei “das quantas”, que, na Alemanha, querem proteger...

O que nós queremos é o seguinte: agora é hora de ver quem é quem e se nós falamos a verdade quando queríamos comércio verdadeiramente livre.

Jornalista: O senhor falou que acertou a quantia de US\$ 10 bilhões...

Presidente: Deixe-me dar um dado nesse negócio de consenso. A última



reunião da OEA, que decidiu anular a decisão de 1962, em Punta del Este – se não me falha a memória –, que proibiu Cuba de participar da OEA... Veja como o consenso aparece no momento certo: você tinha duas posições. Você tinha a posição dos companheiros da Alba, que eram favoráveis a que a gente simplesmente abolisse e que Cuba pudesse voltar a fazer parte da OEA sem nenhuma condicionante e você tinha os Estados Unidos. Eu conversei por telefone com o presidente Obama, ele me chamou – ele estava embarcando para o Egito – ele me chamou por telefone para discutir a posição do Brasil. Eu falei: Obama, a nossa posição é de a sempre. Nós nem queremos isolar os Estados Unidos, nem queremos isolar os companheiros da Alba. O que nós não queremos é que vá à votação, porque se for à votação, nós não queremos deixar os Estados Unidos magoados, nem queremos deixar a Venezuela, a Bolívia, a Nicarágua magoadas. Qual foi o consenso estabelecido? Depois de dois dias de discussões, chegou-se à conclusão que aquilo que era a única coisa possível: retira as restrições a Cuba e exige que Cuba, se quiser entrar na OEA, cumpra a carta da OEA. Pronto, acabou o problema, todo mundo ficou feliz, todo mundo aplaudiu. E aconteceu o que eu previa: os cubanos não querem voltar para a OEA e eles nunca pediram para voltar.

Mas eu acho importante a gente tomar essa decisão, porque aí o mundo vai ficando um pouco mais arejado. Quando o Obama faz um discurso lá, falando do Islã, no fundo, no fundo, o que o Obama diz?: “Olha, gente, é preciso outra política. Nós não podemos ser inimigos permanentes. Nós poderemos ter divergências, mas, sabe, vamos nos tratar de forma diferente no século XXI”. Acho que foi um gesto importantíssimo. Então é assim que a gente constrói o consenso.

Toda vez que você se senta à mesa para negociar, você, antes de entrar na reunião, tem que saber com que cabeça você vai entrar na reunião – se é a cabeça “pró-favorável” ou se é a cabeça “pró-contra”. Se você for “pró-favorável”, você vê na cara que a pessoa está mais leve, mais arejada. Se você



for “pró-contra”, a pessoa está sempre tensa porque está sempre esperando o momento de dizer não. Então, todas as reuniões a que a gente vai, nós temos que nos preparar para saber qual é o clima em que a gente quer entrar. E eu estou naquela fase da minha vida de ser favorável à maioria das coisas.

Jornalista: Eu só queria voltar a essa questão do FMI, que o senhor falou que acertou ontem com o ministro da Fazenda a quantia de US\$ 10 bilhões. Então, é esse o valor, fechado, com que o Brasil vai contribuir? Essa quantidade de dinheiro... o Brasil pode dispor desse dinheiro neste momento?

Presidente: Pode. Pode dispor porque este dinheiro entra como empréstimo. E o fato de ele entrar como empréstimo não diminui as nossas reservas. Isso é extremamente importante, e o Brasil não poderia ficar de fora. Essa é outra coisa que nós temos que ter em conta na mudança que houve no Brasil. O Brasil, durante muito tempo, não se deu conta de que era importante e se permitia ser tratado como se fosse um país receptor e não um país doador. Então, se nós estamos brigando para mudar o FMI e nós temos reservas – e nós decidimos no G-20 que todos os países têm que dar uma contribuição de acordo com as suas possibilidades –, por que não dar? Isso nos dá autoridade moral para continuar fazendo as mudanças que precisamos fazer no FMI.

Jornalista: Vamos falar um pouquinho sobre economia?

Presidente: Vamos.

Jornalista: O PIB anunciado ontem não foi tão ruim como... não foi uma catástrofe, como o senhor mesmo disse. Hoje o Copom se reúne – a gente sabe que o senhor não dá palpite para o Copom, mas a gente pode falar no âmbito teórico, no mundo das ideias, não pode?



Presidente: Pode, pode.

Jornalista: Há espaço hoje no Brasil – o senhor construiu todas as condições para reduzir mais os juros este ano – para contrabalançar um pouco essa retração do PIB, ainda que ela não tenha sido tão frustrante como todo mundo imaginava?

Presidente: A minha tese é de que o PIB brasileiro – eu vou dizer a minha visão – não foi o PIB que eu queria. Eu queria que fosse positivo. Não foi. Ele caiu mais do que eu queria que caísse, mas ele caiu muito menos do que os meus adversários queriam que ele caísse. Aos olhos das pessoas que acompanham a economia mundial... e vocês que acompanham a política brasileira sabem que não era nem para a gente ter caído 0,8% se não tivesse havido o pânico do final do ano. Por que o PIB industrial caiu tanto? Você percebe que o setor de serviços não caiu, que o governo não parou de fazer investimentos e que o povo continua consumindo. Isso está nos dados. O que aconteceu, de fato? Os empresários se assustaram muito rapidamente. O que aconteceu com a indústria automobilística brasileira? Ela resolveu parar para vender o estoque e isso tem um peso muito importante no PIB. A indústria automobilística representa 24% do PIB industrial. Se eles não tivessem dado férias coletivas no mês de dezembro, tivessem continuado produzindo, certamente o PIB não teria sido negativo. E assim você pode pegar outros setores da economia.

O dado concreto é que as pessoas se assustaram. E eu também compreendo que com o pânico que foi vendido no mundo – você ligava a televisão, 24 horas por dia, você abria um jornal, o mundo estava acabando, sobretudo depois da quebra do Lehman Brothers, o mundo acabou. E o que a gente dizia? O Brasil entrou por último nessa crise e o Brasil vai sair primeiro



dessa crise. Por quê? Porque nós estávamos fazendo coisas antes da crise. O PAC é de janeiro de 2007, não se falava em crise. Depois que veio a crise, possivelmente nós tenhamos sido o país que com maior rapidez tomou as medidas que precisariam ser tomadas.

A única coisa que nós não conseguimos fazer, no primeiro momento, foi o crédito, porque o crédito desapareceu no mundo. Mais ou menos 30% do crédito brasileiro, que eram créditos tomados por empresas grandes brasileiras no exterior, passou a ser tomado internamente. O que aconteceu? O crédito rareou, houve uma escassez de crédito, e houve, ao mesmo tempo, um comportamento do sistema financeiro de ficar mais seletivo, ou seja: “Eu só empresto para quem não precisa de dinheiro. Quem precisa, não vou emprestar”. Foi isso que aconteceu. Agora já está recuperado, ainda não tanto quanto gostaríamos, mas já está recuperado, sobretudo na pessoa física. Na pessoa jurídica ainda está mais lento. Ontem eu assinei uma medida provisória criando um fundo de aval para garantir empréstimos à pequena e média empresa. Vocês acompanharam, nós tivemos a atitude de comprar a Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, de comprar 50% do Banco Votorantim, de criar um fundo de aval para os bancos pequenos continuarem participando do sistema financeiro, emprestando dinheiro. E as coisas estão voltando à normalidade.

Nós ainda temos o problema do *spread*, que está mais alto. O *spread* ainda está muito caro no Brasil, e nós vamos continuar trabalhando para ele baixar. E o melhor sinal que a gente pode dar é fazer com que os bancos públicos sejam o carro-chefe para puxar a reduzida de empréstimo.

E aí a sua pergunta, que eu não respondi. Daqui a pouco vocês perguntarão se eu estou... perguntariam se eu estou enrolando. Veja, essa coisa do Banco Central, a gente trabalha com relação de confiança. Não é que o presidente da República não dá palpite. Seria impossível imaginar que o presidente da República não conversa com o presidente do Banco Central sobre a política monetária. Eu converso e converso muito.



O que há é uma relação de respeito e de entendimento de que na hora em que eles tomam uma decisão, eles precisam ficar confortáveis e não perderem a seriedade junto à opinião pública. Porque se ele fizer tudo o que eu quero fazer... Pode até fazer, pode até ser bonito, mas na hora em que o Banco Central perder credibilidade no mercado e ninguém acreditar mais nele será pior para o Brasil.

Então, eu acho que o Banco Central tem que fazer as coisas que precisam ser feitas, no momento certo. Não tem que ficar atendendo apelos eminentemente políticos. Nós temos que olhar corretamente não apenas o que nós queremos hoje, mas o que nós queremos amanhã e depois de amanhã.

E, para mim, o principal de tudo é a gente manter a inflação controlada e a gente garantir a estabilidade econômica do País, e isso está acontecendo. Vocês podem ter certeza de que eu me reúno muito com a equipe econômica, eu me reúno muito com os bancos públicos e me reúno muito com o Banco Central, sabendo que quando eu convidei uma pessoa para o Banco Central, uma pessoa para o Ministério da Fazenda, uma pessoa para ser presidente de um banco, é uma relação de confiança. Se eu chamei, eu tenho que ter a certeza de que eu estou lidando com pessoas que vão fazer o melhor para o nosso país. E aí não dou palpite e não quero que o número seja político nunca. Eu quero que o número seja eminentemente em função da necessidade da estabilização da nossa política econômica, da nossa política monetária.

Jornalista: Mas o senhor acha que há espaço para a redução dos juros até o final do ano?

Presidente: Eu acho... Nós temos que acompanhar... Essas coisas, nós temos que acompanhar... É como se você estivesse fazendo um exame no coração. Você tem que acompanhar e ir fazendo as coisas de acordo com as necessidades. Eu não quero falar se há espaço para continuar, porque eu



tenho medo que alguém pegue a matéria de vocês e fale: “Lula diz que há espaço até o final do ano”. E não é prudente. Eu poderia até dizer, seria aplaudido em qualquer praça pública, mas não é razoável dizer isso. Eu acho que o Banco Central tem que fazer a política melhor para o Brasil. Até agora acertou, até agora acertou, até agora as coisas deram certo. É por isso que nós temos orgulho – e eu sinto muito orgulho – de perceber que o Brasil hoje é muito mais respeitado no mundo. As pessoas sabem que nós fazemos as coisas que tem que fazer, independentemente da temperatura política. Eu não trabalho em função de eleição, não trabalho. O dado que eu posso dar para vocês é que quando a gente tinha eleição para a prefeitura de São Paulo e para as capitais, eu aumentei os juros. Poderia ter feito o que foi feito em anos passados: época de eleição, baixa; depois das eleições, aumenta. Não, eu não brinco assim com a economia, porque eu sei que o resultado não prejudica os ricos. Prejudica os pobres.

Jornalista: Deixe-me só concluir aqui, Ray. O senhor falou que assinou uma medida provisória de um fundo de aval para garantir empréstimo para pequenas e médias empresas. De quanto é esse fundo?

Presidente: O nome não é fundo de aval. O nome, acho que é outro...

_____ : Garantidor de crédito.

Presidente: Hein?

Jornalista: Garantidor de crédito...

Presidente: Esse Fundo é de US\$ 4 bilhões, se não me falha a memória.



_____ : De dólares ou de reais?

Presidente: De reais.

Jornalista: Presidente, o senhor falou que as coisas estão voltando à normalidade. Isso quer dizer que não podemos esperar mais medidas agressivas grandes ou o governo ainda está estudando medidas tributárias, de incentivo, como, por exemplo, renovar o IPI?

Presidente: Primeiro, você sabe que nós temos um projeto de política tributária no Congresso. Aliás, eu vou passar para a história deste país como o presidente que menos falou de política tributária nas campanhas e o presidente que mudou duas políticas tributárias para o Congresso Nacional: uma em abril de 2003 e outra o ano passado. Ela está lá para o Congresso votar.

Nós sempre... Essa crise econômica está sendo acompanhada com lupa. Se for necessário tomar medidas, nós vamos tomar medidas. Se for tomar medidas... Obviamente, nós também não poderemos ficar a cada três meses criando pressão psicológica: “Vai continuar a redução do IPI ou vai parar?”. Isso é bonito na primeira vez, na segunda vez o povo já percebe. “Espera aí, esses caras vão fazer tensão e depois esses caras vão anunciar”.

Jornalista: Mas teve um efeito muito positivo.

Jornalista: Mas o que vai ser?

Presidente: Teve um efeito na primeira vez, pode ter na segunda, mas na terceira a gente não engana mais ninguém. Por quê? Porque o cara que ia comprar no último dia porque ia acabar o IPI vai dizer: “Eu não vou comprar porque eles vão renovar”.



Então nós não podemos ficar assim, não. Nós não podemos ficar. Eu acho melhor que no momento certo a gente defina determinadas coisas como política permanente, porque isso dá tranquilidade a todo mundo. Esse é um assunto que vou conversar com o meu ministro, não apenas na questão do automóvel, em outros produtos. Nós temos que fazer isso como política permanente. Se deu certo nós temos que fazer como política permanente.

Jornalista: Então o senhor é favorável em manter a exoneração em definitivo?

Presidente: Quando é que vai sair essa matéria?

Jornalista: Hoje mesmo.

Presidente: Quando é que vence o nosso prazo do IPI?

_____ : Fim do mês.

Jornalista: Fim deste mês.

Presidente: Veja que eu corro o risco se eu disser que vai.

Jornalista: Mas a sua inclinação, digamos assim.

Presidente: Por que eu corro o risco? Porque se sair manchete que vai, quem está comprando carro hoje pára e fala: “Eu não vou comprar hoje, vou esperar mais”.

Jornalista: Mas se vai, não faz diferença, não é?



Presidente: Mas deixe-me falar uma coisa para vocês. Eu ainda não conversei isso com o ministro da Fazenda, mas a minha posição é de que nós precisamos transformar isso em política permanente.

Jornalista: Exoneração permanente?

Presidente: Até você ter sinais totais de que a crise está debelada.

Jornalista: Eu queria mudar um pouco de assunto e falar um pouco da... Pegar também sobre a crise. Parece que nos últimos meses, tem demonstrado que o investidor estrangeiro concorda um pouco com a visão do senhor de que o Brasil é diferenciado nessa crise e vai sair antes. E o fluxo de capital está voltando de uma forma agressiva ao país. A gente vê isso. A Bolsa voltou a níveis antes da quebra da Lehman Brothers e etc. Mas, também está tendo um impacto grande na taxa de câmbio. A taxa de câmbio não está virando uma dor de cabeça para o governo?

Presidente: Faz quatro anos que eu discuto câmbio. Se eu fosse contar para vocês a quantidade de reuniões que eu faço para discutir câmbio, vocês iam perguntar para mim: “Espere aí, e quando é que você governa o Brasil? Só faz reunião para taxa de câmbio?”.

Veja, o Brasil é um país consolidado democraticamente. Acho que poucos países do mundo têm o grau de democracia que tem o Brasil. As instituições estão fortalecidas, o movimento sindical funciona perfeitamente bem, o movimento social funciona perfeitamente bem – reclamam do governo, são favoráveis ao governo – não há restrições. Este é um país que eu poderia dizer: aqui no Brasil, nós estamos adotando a política de que “é proibido proibir”. A liberdade tem que ser elevada, com toda a responsabilidade que a democracia exige, às suas últimas consequências, porque quanto mais



democracia, quanto mais liberdade, mais a gente vai fortalecer as instituições e mais o Brasil vai crescer. Essa é uma característica do Brasil.

Além disso, o Brasil é um país diferente, porque você chega em determinado país do mundo, você olha: a cara de um cidadão é a cara de todos. No Brasil, não. No Brasil, você não sabe se o cara é americano, se o cara é italiano, se o cara é alemão, se o cara é índio, se o cara... Porque nós somos um país com uma quantidade de diversidade extraordinária. É isso que dá ao Brasil uma característica diferente. Nós não somos uma coisa só, nós somos muitas coisas ao mesmo tempo, nós somos uma mistura.

E isso dá ao Brasil condições de estar em uma situação extremamente favorável, neste momento, extremamente favorável. Nós precisamos tirar proveito disso, fortalecendo cada vez mais a seriedade com que nós nos relacionamos com as outras pessoas, com que nós queremos fazer comércio, com que nós trabalhamos a nossa relação bilateral e as nossas relações multilaterais.

E isso tem dado ao Brasil uma situação importante. Nessa crise, nós ganhamos mais respeitabilidade. E, aí, quando a gente discute a questão do câmbio, a gente pensa o seguinte: nós fizemos a opção de o câmbio ser flutuante. Se o câmbio é flutuante, ele flutua. Porque é engraçado, as pessoas... quando as pessoas vêm reclamar comigo assim: “Presidente...”. Porque tem sempre o seguinte: o cara que é exportador, quer o dólar mais alto, o cara que é importador, quer o dólar mais barato, não é isso?

Ora, para nós, o dólar correto e o preço correto do dólar é aquele que a economia... vai chegar um momento em que ele vai se encontrar consigo mesmo. Nós temos que trabalhar com isso sem muita dor, sem muito sofrimento. “Ah, mas o dólar bom seria o dólar de R\$ 2,20, o dólar de R\$ 2,10, o dólar de dois e...”. E a verdade é que o dólar saiu de R\$ 3,00 e foi para R\$ 1,60, e o País não quebrou e a nossa balança comercial continuou crescendo. Quando falam para mim: “Presidente, mas o dólar bom seria R\$ 2,29”. Eu falo:



então, proponha câmbio fixo. Nós vamos dormir tranquilos, não vai ter problema. Aí, eles não querem. Não querem porque o câmbio flutuante é melhor.

Jornalista: Mas isso não quer dizer que não seja uma dor de cabeça...

Presidente: Veja, é sempre uma preocupação. Mas nós achamos que o câmbio... Vocês estão percebendo, nós estamos comprando dólar, e eu fico feliz que os empresários estrangeiros tenham confiança no Brasil e queiram colocar dinheiro aqui. E é importante lembrar que está entrando muito dinheiro direto no setor produtivo. Significa que algumas empresas multinacionais, que tinham se contraído e que levaram muito lucro (incompreensível) da crise, estão retornando para poder continuar progredindo no Brasil. É isso que nós queremos, porque é uma coisa difícil você ganhar confiança. Na nossa relação humana, quando é que a gente conquista a confiança de uma pessoa? Quando é que você pode falar o seguinte?: “O Franklin é meu amigo”. Leva tempo. Primeiro, você fala que ele é seu conhecido e chega um momento em que você fala: “Ele é meu amigo”.

Nessa relação político-internacional tem isso. Você não é amigo de todo mundo, você não monta parceria estratégica com todo mundo. Essa coisa vai sendo construída em função da realidade de cada país, em função do comportamento do país. E tem uma coisa que eu digo sempre: o segredo da respeitabilidade entre os seres humanos. Nenhum chefe de Estado será respeitado porque é presidente dos Estados Unidos, nenhum chefe de Estado será respeitado porque ele é presidente do Brasil. Ele será respeitado se ele se respeitar. A condição *sine qua non* para ele ser respeitado é o outro interlocutor perceber que ele é sério.

No Nordeste, a gente dizia que quando a gente confia em uma pessoa, a gente faz negócio com fio de bigode. Quando você não confia, você tem um



milhão de papéis para assinar e ainda assim dá um calote. Então, o Brasil... durante muito tempo, as pessoas não levavam o Brasil a sério. O Brasil fazia acordo e não cumpria, o Brasil parecia sempre que estava mendigando as coisas, pedindo, implorando, e não precisa ser assim. Nós temos direitos e deveres. Se nós cumprirmos corretamente os nossos deveres, nós temos direito de exigir os nossos direitos. É o óbvio, só que muitas vezes na política o óbvio fica em segundo plano e aí tudo fica mais complicado.

Jornalista: Mudando um pouco para política, queríamos falar... Natusa.

Jornalista: Se você quer fazer...

Presidente: Pergunta de mulher para mulher.

Jornalista: Presidente, o senhor encerra o seu mandato no ano que vem, no final de 2010. O seu governo tem sido amplamente elogiado, tanto nas coisas no lado econômico e no lado social, de política social. Olhando para trás, o senhor se arrepende de alguma coisa, e o que o próximo presidente terá que fazer, que o senhor talvez não conseguiu fazer nesses oito anos?

Presidente: Primeiro, eu não acho que haja razão para arrependimento, porque... É como se um jogador de futebol tivesse o direito de se arrepender de ter perdido um pênalti, de ter chutado a bola fora, quando acontece independentemente da vontade. Eu vou dizer para você uma frustração que eu tenho. Eu sou um homem que tem uma característica de trabalhar, de cobrar muito as pessoas. Eu cobro muito dos meus companheiros e cobro muito dos ministros. Acompanho, até em demasia, as obras do PAC. Então, a coisa que eu mais me ressinto é a seguinte: o Brasil passou, mais ou menos 20 e poucos anos sem fazer nada estruturante, ou seja, o País ficou um pouco atrofiado. Na



medida em que o País começa a crescer e nós começamos a fazer investimentos em infraestrutura, o que nós percebemos? É que, nesses anos de paralisia, o Brasil criou uma máquina de fiscalização extraordinariamente forte e bem remunerada. E tem uma máquina de execução mal remunerada. Então, nós mesmos... A culpa não é do outro, a culpa é nossa. Eu fui deputado constituinte. Nós fizemos tanta exigência nos marcos regulatórios que nós fizemos para a coisa, na legislação, que hoje eu acho que eu deveria, logo no primeiro ano – se eu soubesse que era assim – ter feito um projeto de lei para facilitar as coisas, para fazer com que... entre você decidir uma obra e você começar a fazê-la, leva dois, três anos. Se for uma obra grande... você não termina hoje nenhuma obra estruturante em um mandato de quatro anos.

Jornalista: Projeto de desburocratizar...

Presidente: Não é só burocratização, é exigência legal. Não é o burocrata atrás da mesa que cria confusão, não. É que tem tanta exigência – exigência ambiental, exigência de fiscalização, exigência de licitação, exigência de um monte de coisas – que quando você coloca tudo isso, você percebe que... Se eu quiser fazer uma hidrelétrica, eu demoro. Entre pensar em fazer, fazer o projeto básico, o projeto executivo, licença prévia, fazer licitação, responder às demandas do Poder Judiciário, terminou o mandato e você não fez. E olha que eu, com o acompanhamento e a coordenação da companheira Dilma Rousseff... nós nos matamos para ficar atrás, para ir atrás, para conversar no Ministério Público, para conversar no Poder Judiciário, para conversar no Tribunal de Contas, para fazer as pessoas entenderem o quanto custa ao País você paralisar uma obra. É uma coisa complicada.

Então, eu deveria ter feito. Espero dar a minha contribuição para quem vier depois de mim, preparando as mudanças que hoje eu sei que elas existem e são gravíssimas. As pessoas não são de má-fé, as pessoas... está todo



mundo subordinado a um conjunto de legislação, de regras que, às vezes, uma bate com a outra. Dentro do próprio governo, uma instituição pensa de um jeito, a outra pensa do outro, porque as leis dizem uma coisa para um e outra coisa para outro.

Jornalista: Vai ser o principal desafio para o próximo presidente?

Presidente: Então, eu acho que o principal desafio para o próximo governo – eu acho que esse é um desafio importantíssimo - é a gente fazer quase que uma consolidação das leis neste país, ou seja, tentar pegar todas as leis esparsas que existem e tentar consolidá-las para todo mundo, para todo advogado, todo executor e todo juiz ter uma coisa única para ele poder julgar ou não julgar, porque hoje é muito complicado. Então, é uma coisa que eu acho que tem atrapalhado.

E o Brasil também... outra coisa grave é que o Brasil estava sem projeto, ou seja, quando você quer fazer uma obra em uma cidade, você descobre que não tem projeto, você tem a demanda mas não tem o projeto. Então, isso é por causa de 25 anos que a gente não cresceu.

Na história deste país, nunca se investiu tanto em saneamento básico como nós estamos investindo. Saneamento básico é que nem escritório de advogado, para você começar a ver a coisa fluir, você tem que ter uma carteira, não é isso? Você precisa ter uma obra, duas, três, quatro, mil, duas mil, três mil, para que nunca mais pare, até você resolver o problema no Brasil. E nós estamos fazendo isso.

É por isso que no ano que vem eu pretendo apresentar um novo PAC 2011-2015. Por que eu tenho que apresentar? Primeiro, porque tem que entrar na LDO, que só vai ser votada no ano que vem. E já no orçamento que é aprovado no meu governo, para o próximo governo, eu quero deixar uma quantidade de obras já demarcadas muito bem no orçamento, para que não



haja paralisia.

Então, é uma contribuição que nós vamos dar. E agora ficou mais fácil. Agora todo mundo aprendeu a governar, agora todo mundo já sabe onde estão os problemas. Todo mundo já vai atrás com mais rapidez. Então, eu acho que as coisas estão... Eu, de vez em quando, coloco no governo uma coisa que eu chamo de *toyotismo*. Tem um problema que envolve a Controladoria-Geral da República, que envolve a Procuradoria, a Advocacia-Geral da União, que envolve o Ministério do Meio Ambiente, que envolve o Ministério de Minas e Energia, que envolve o Ministério da Fazenda. Em vez de ficar fazendo reunião com um a um, junta todo mundo na mesa para decidir ali, na hora, tomar decisão na hora. “Esse problema está na mão de quem? Então, chama esse “quem” aqui para vir aqui dizer porque ele não fez”. Isso tem funcionado de forma extraordinária.

Jornalista: Presidente, o senhor disse – a própria ministra Dilma já disse – que ela é... Ela não diz que ela é candidata da continuidade, mas ela representa um projeto de continuidade. No que a Ministra é diferente do senhor, e o que os investidores podem esperar dela?

Presidente: Você não quer que eu fale no que a Dilma é diferente?

Jornalista: Não, em termos reais.

Jornalista: Politicamente, acho que foi a pergunta.

Jornalista: Politicamente.

Presidente: Deixe-me falar uma coisa. Primeiro, o fato de eu escolher a Dilma como minha sucessora é porque ela tem muito a ver comigo. É mais pela semelhança do que pela diferença. O jeito de ser, a vontade de trabalhar, a



garra que ela tem, a honestidade dela, a fidelidade dela, são condições *sine qua non* para você escolher uma pessoa. Depois, a Dilma é uma mulher hiperinteligente. Eu vou lhe contar como eu escolhi a Dilma para ministra de Minas e Energia. Eu não conhecia a Dilma. Eu tinha um grupo de assessores que reunia dez, 15 especialistas do setor energético para construir meu programa. Como eu perdi muitas eleições – 1989, 1994, 1998 – então, eu tinha uma equipe quase eterna, que me assessorava, quadros importantes. Quando foi em 2002, a Dilma, por ser secretária de Energia do Rio Grande do Sul, eu a convidei, e ela entrou na reunião com o *laptop* dela. Eu comecei a perceber que tudo o que o pessoal falava, ela: “Não, não é assim, não”. Aí mostrava lá que não era assim. Então, terminou a reunião... Eu já tinha ganhado as eleições. Nós já tínhamos até negociado o Ministério de Minas e Energia. Aí eu liguei para um companheiro e falei: meu filho, desfaça qualquer acordo, porque eu acabo de encontrar a minha ministra de Minas e Energia. Então, ela virou ministra por competência. Depois, ela se mostrou extremamente competente na construção do marco regulatório do setor de energia no Brasil. Com a saída do José Dirceu e a entrada da Dilma, ela se mostrou, não apenas uma executiva excepcional, como ela se mostrou uma mulher competente na arte de exercitar a política, de cobrar. “Eu sou companheira do outro ministro, mas o Presidente me deu delegação para que eu cobre dele”, e ela cobra, ela exige, ela vai atrás, ela briga. Então, eu acho que hoje não tem no Brasil ninguém que conheça as entranhas do Brasil como a companheira Dilma conhece a necessidade do Brasil. Então, ela é muito competente, muito trabalhadora e uma executora excepcional. Eu não acredito que o Brasil tenha tido, nesse tempo todo, alguém com a capacidade de execução e de articulação da Dilma.

Eu me lembro, quando a gente começou a discutir a TV digital, que tinha o projeto americano, que tinha o projeto europeu, que tinha o projeto japonês. Eu pedi para a Dilma coordenar para mim, ela não entendia “lufas” de TV digital. Com 45 dias, a Dilma era a maior especialista de TV digital deste país.



E discutia com japonês, e discutia com americano, e discutia com europeu. Então eu acho que ela, ao longo desse tempo, se preparou para que eu possa dizer: olha, a Dilma é a melhor coisa que pode acontecer na Presidência do Brasil.

Jornalista: Pode esperar alguma guinada diferente em um eventual governo da Dilma do governo atual? O que seria...

Presidente: Eu espero que seja diferente.

Jornalista: Como?

Presidente: Para ser igual, fico eu mesmo. Ou seja, tem que mudar. Veja, cada pessoa tem suas características próprias e elas aparecem no momento certo. Na hora em que a Dilma sentar na cadeira de Presidente, ela vai construir o seu jeito de ser como Presidente. Isso a gente não aprende na escola. A gente não aprende... Isso a gente aprende no dia a dia. E como ela tem o domínio hoje de tudo o que a gente faz no governo, seja na área social, seja na área de investimentos, seja na área econômica. Ela participa de tudo, eu faço questão de que ela participe das coisas principais que eu faço, eu penso que ela está extremamente calejada. O que eu quero que ela faça melhor? Nós temos que melhorar a política social do governo, nós temos que melhorar. Nós temos vários projetos em andamento e eles têm que ser concluídos ou aperfeiçoados. As obras que ela vai ter que fazer não são as obras que nós estamos fazendo, ela vai concluir as que nós estamos fazendo e tem as dela que ela vai fazer.

Jornalista: ...continuidade da política econômica, ou o senhor acha que está na hora de talvez afinar algumas coisas?



Presidente: Veja, seria difícil, para mim, dar palpite sobre um outro governo. A única coisa que eu posso dizer ao investidor é o seguinte: é que a seriedade da Dilma, a competência dela, não vai permitir que ela faça qualquer coisa de sobressalto. Por isso, eu acho que a seriedade da política econômica vai continuar. Afinal de contas, se ela for eleita, ela será eleita pelo sucesso das nossas políticas, além do sucesso da qualidade dela.

Agora, eleita presidenta, ela pode dizer: “Olha, Lulinha, você estava errado aqui, eu não discordava porque você era meu chefe, mas agora eu vou discordar”. E ela pode mudar, ela tem direito de mudar e de fazer outras coisas.

Jornalista: Tem espaço, em um eventual governo Dilma para o senhor?

Presidente: Não, não tem. Veja, eu jamais iria participar de um governo. Eu jamais iria deixar a Presidência e ocupar um cargo no governo. Seria deslealdade da minha parte, porque a imprensa iria começar a dizer: “porque tem dois presidentes, porque o Lula continua mandando, porque...”. E eu não quero isso para a Dilma, eu não quero isso para ninguém.

E eu tenho experiência prática. Eu fiz isso no PT. Quando eu indiquei o companheiro José Dirceu, eu me afastei do PT por seis meses. Quando eu indiquei o Meneguelli para presidente da CUT, eu me afastei do movimento sindical durante um tempo.

Ora, eu tenho que... Se a Dilma for eleita, eu tenho que ajudá-la a governar, e uma forma de ajudar é ficar quieto. As pessoas acham que não, que só pode ajudar se der palpite. Uma forma de ajudar é você ficar quieto. E eu quero ajudar muito.

Jornalista: Mudando um pouco para... ou voltando para a área internacional, onde começamos, e falando sobre clima um pouco. O Brasil corretamente



insistiu, e insiste, que os países ricos façam mais para, primeiro, cumprir com metas do Protocolo de Quioto e, outro, ajudar mais para proteger a Amazônia e outras florestas tropicais. Mas, ao mesmo tempo, temos avanços no último tempo: por um lado, os estrangeiros começam a contribuir para este fundo amazônico e, por outro lado, o Brasil já tomou iniciativa, no ano passado, anunciou metas para o desmatamento da Amazônia. E alguns dizem que o Brasil pode tomar liderança nessa área, liderança na área climática. O Brasil está disposto a anunciar (incompreensível) Copenhague, metas próprias para a emissão de gases CO₂ e tomar essa liderança entre os países em desenvolvimento?

Presidente: Olha, o Brasil já deveria ser líder pelo que já fez. Porque se você olhar o mundo e olhar a matriz energética do mundo, você vai perceber que o Brasil está de cátedra em se tratando de matriz energética limpa. Se você pegar o conjunto da nossa política energética, nós temos 45% de energia renovável contra 12% da OCDE. Se você pegar na área de energia elétrica só, você vai perceber que 85% da nossa matriz é limpa. Isso não diminui a responsabilidade do Brasil, aumenta. Porque ao mesmo tempo, nós temos um bom percentual da água potável do mundo, nós temos a Floresta Amazônica. Junto com outros países da América do Sul, nós temos a maior reserva florestal do planeta Terra, e nós precisamos fazer com que essa reserva, essa floresta, seja uma vantagem comparativa nos produtos brasileiros. O que nós achamos é que os países ricos que são os maiores emissores de gás de efeito estufa precisam cumprir com as suas partes. O que não dá para aceitar é que as pessoas que já estão andando de carro, que já tenham a sua terceira televisão, já tenham a sua terceira casa, fiquem dizendo para os brasileiros: “continuem pobres e não façam nada na Floresta Amazônica”.

Primeiro, nós queremos ser os primeiros a cuidar da Floresta Amazônica. Mas para cuidar, nós precisamos que alguém comece a pagar a



parte que eles já destruíram, para que o Brasil e outros países mantenham a sua floresta em pé. E nós já tomamos medidas – depois a Clara pode dar a relação para vocês da medida. Nós queremos ser um exemplo para o mundo de cuidar das nossas coisas. Eu até estou pensando em ir a Copenhague, não sei se vou, mas nós vamos com uma delegação forte em Copenhague, para discutir com seriedade.

Eu, na última reunião do G-8 que houve no Japão, eu levei uns dados do departamento americano – departamento de energia dos Estados Unidos – e estava lá o quanto cada país emite de gás. Primeiro, Estados Unidos; segundo, China; terceiro, não sei quem; quarto, não sei quem... Bem, acontece que os presidentes não sabiam ou não queriam discutir esse assunto. Não dá nem para a gente colocar a China no mesmo patamar dos Estados Unidos, porque a China começou a poluir mais recentemente e os Estados Unidos já estão há um século poluindo. Europa já está há um século e meio poluindo. Então, guardada a proporção, nós temos que fazer o seguinte: quem paga o quê? Se eu quero que um país africano mantenha a sua floresta em pé, eu preciso dar condições desse país gerar emprego para o seu povo sem precisar destruir a floresta, mas eu preciso garantir isso.

Por isso é que nós temos que propor... nós temos feito proposta, eu já fazia ao Bush, já fiz ao presidente Obama, tenho feito aos países da Europa, que era preciso que a gente começasse a mudar de verdade a matriz energética. Todo mundo sabe a diferença entre a emissão de gases de efeito estufa em um combustível renovável e em um fóssil. Então, o Brasil tem a tecnologia. O que nós queremos é o seguinte: vamos ajudar a desenvolver a África, vamos parar de fazer política de proselitismo na África? Eu dou 50 milhões para cuidar disso, 50 milhões para cuidar daquilo. Vamos dar dinheiro para fazer projetos de desenvolvimento? Vamos produzir etanol na África para vender para a Europa? Gerar empregos na África, gerar renda, gerar riquezas? Vamos construir parcerias para vender o etanol que os Estados Unidos



precisam? Eu acho, por exemplo, que na América Central tem vários países que gostariam de produzir, e os Estados Unidos precisam cuidar desses países, porque estão muito próximos dos Estados Unidos, têm uma economia dependente dos Estados Unidos, os imigrantes são a maior fonte de... a remessa é a maior parcela do PIB desses países, então os Estados Unidos têm responsabilidade.

Como ajudar esses países a se desenvolverem? Aí entra a questão climática. Nós poderemos começar a mudar a matriz energética do mundo, primeiro, todo mundo assinando o Protocolo de Quioto. Se você fala que vai contribuir, e não assina sequer um protocolo que foi criado por todo o mundo, você está dizendo: “Olha, eu não vou me meter nisso”. Segundo, a humanidade caminha para mudar o padrão de consumo da humanidade. Se todos nós tivéssemos consciência de que com o atual estágio de desenvolvimento tecnológico, se nós quiséssemos, utilizando a mesma quantidade de matéria-prima que nós temos hoje no mundo, dar ao povo africano, ao povo latino-americano e ao povo asiático o mesmo padrão de vida que tem o alemão, nós precisaríamos de que o planeta Terra fosse três vezes o que ele é. Como ele não pode crescer, nós precisamos cuidar dele melhor. Então, nós precisamos ter... É difícil você fazer uma pessoa mudar de hábito, mas nós vamos caminhar para chegar a um nível de consciência – eu espero que as novas gerações pensem melhor do que nós – que o nosso consumo é um consumo de a gente utilizar as coisas para sobreviver dignamente, sem excesso de nada.

Jornalista: Então o senhor quer dizer que vai ter, seguramente, uma meta para o Brasil? O Brasil vai adotar uma meta?

Presidente: Nós temos, no Brasil, um conselho nacional de política climática, coordenado pelo companheiro Pinguelli, lá do Rio de Janeiro. Antes de cada



encontro, nós fazemos as conferências, e depois fechamos o que nós vamos levar lá fora, aqui no Palácio do governo. Eu acho que o Brasil não tem que ter medo de desafio. Agora, é importante que o Brasil, se for para estabelecer meta, que os outros países também estabeleçam, cada país estabeleça.

Jornalista: Mas o senhor está disposto, se os outros também fazem...

Presidente: Esse é um tema que, para nós, não é proibido, para nós não é proibido.

Jornalista: Presidente, o Brasil recentemente assinou com a China um memorando de entendimento entre os bancos centrais para começar a explorar a possibilidade de fazer comércio na moeda local. Isso é um projeto que está sendo pensado para fazer com outros países do mundo, principalmente com os outros países emergentes, como os Brics?

Presidente: Primeiro nós fizemos com a Argentina, que é o nosso maior parceiro comercial aqui na América do Sul, para dar oportunidade aos pequenos exportadores e importadores de não precisarem comprar dólar, poderem fazer o comércio na moeda brasileira e na moeda argentina. Eu fiz a proposta ao presidente Hu Jintao, que nós precisaríamos começar a discutir entre os dois bancos centrais a possibilidade de fazer negócios com a China nas nossas moedas. Isso nós vamos discutindo na medida em que a gente vai percebendo que tem sentido e que vai dar certo. Tem muita gente que quer fazer o seu comércio em dólares. Talvez a pessoa tenha mais garantias na moeda americana.

Mas nós também temos interesse de propor a outros parceiros, e nós sabemos que isso é uma coisa muito demorada porque os bancos centrais têm muitas divergências entre eles, cada um tem um jeito de estabelecer a sua



política de pagamento. Por enquanto, nós vamos ficar com a China e com a Argentina. mais futuramente nós poderemos, na medida em que vá crescendo o fluxo da balança comercial entre dois países, nós poderemos fazer. Nós poderemos negociar com a União Européia com [em] euro, nós poderemos negociar com os Estados Unidos, com [em] dólar e com [em] real. Esse é um processo que nós queremos discutir daqui para frente, com os países, para que a gente crie mais flexibilidade para os nossos compradores e os nossos vendedores.

Jornalista: O senhor já disse que deseja entrar para a história como o presidente que emprestou dinheiro para o FMI. A China vai emprestar US\$ 50 bilhões ao FMI, a Rússia já disse que vai colocar 10 bilhões, no Brasil, aqui, já se chegou a falar de 10 bilhões. É essa a quantia que o Brasil pretende realmente emprestar? É uma coisa já fechada, determinada?

Presidente: É uma coisa fechada. O Brasil vai emprestar US\$ 10 bilhões para o FMI, e nós emprestamos porque nós temos responsabilidade com as decisões do G-20. Na medida em que a gente resolveu aumentar o capital do FMI e cada um vai dar dinheiro, proporcional às suas reservas, ao seu potencial, o Brasil não pode ficar de fora. Eu fico feliz em saber que o Brasil está emprestando dinheiro para o FMI, porque antes a gente tomava emprestado, e o FMI tinha muita ingerência no Brasil. Nós queremos emprestar ao FMI e não queremos ter ingerência no FMI. O que nós queremos é democratizar o FMI para que ele possa emprestar dinheiro aos países mais pobres sem condicionalidades, sem exigências, ou querer governar um país. Portanto, o Brasil vai contribuir, e também vai contribuir com outras instituições financeiras multilaterais, porque nós queremos fortalecer todas, para que a gente não seja vítima da crise [em] que nós estamos agora por falta de crédito.



Jornalista: O Brasil pode dispor desse dinheiro?

Presidente: O Brasil pode, porque o Brasil tem reservas e esse dinheiro é como um empréstimo. Portanto, é um investimento que estamos fazendo.

Jornalista: Muito obrigado.

(\$31DHJMP)